

Este suplemento faz parte integrante do Jornal Económico Nº 2053 não pode ser vendido separadamente

7 agosto 2020 | ESPECIAL

JE

O Jornal Económico

ESPECIAL



ENERGIA SOLAR

O SOL A BRILHAR POR TODOS NÓS

No final de agosto Portugal lança o segundo leilão de energia solar, que conta já com dezenas de empresas inscritas. Saiba o que está em causa e o que representa este leilão para a forma como é produzida a eletricidade consumida pelas famílias e pelas empresas portuguesas.

ANÁLISE

Empresas atentas a oportunidades na energia solar ● II

ENTREVISTA

João Pedro Matos Fernandes
Ministro do Ambiente e da Transição Energética

Portugal tem “bom nome” lá fora no setor da energia

Perante os interessados no segundo leilão de energia solar, o ministro do Ambiente aponta a estabilidade regulatória no setor da energia como essencial para atrair investidores internacionais. ● IV



FÓRUM

O que poderia impulsionar a produção de energia solar em Portugal? ● VI

EDITORIAL

O sol brilha por todos



FILIPE ALVES
Diretor

O segundo leilão de energia solar que Portugal vai realizar no final de agosto é uma oportunidade para o país se afirmar como um bom exemplo mundial na área das energias renováveis. O sol, quando brilha, é para todos. Temos agora a oportunidade de o fazer brilhar por todos nós.

Portugal tem todas as condições para ser um dos líderes mundiais na energia solar. Além de ter mais horas de exposição solar do que a maioria dos países europeus, Portugal tem regras estáveis e previsíveis para o investimento no setor, tal como o ministro Matos Fernandes defende numa entrevista que pode ler nesta edição do Jornal Económico. Não constitui, portanto, uma surpresa o facto de o novo concurso, que vai atribuir 700 megawatts (MW) de potência, estar a atrair dezenas de empresas.

No entanto, a situação que o país e o mundo atravessam, devido à pandemia de Covid-19, obriga a alguns cuidados. Nomeadamente em relação às empresas que participaram no primeiro leilão, em 2019. Não por acaso, a APREN pede que estas empresas tenham mais seis meses para implementarem os seus projetos, numa pretensão razoável, dado que a pandemia colocou em *stand by* numerosos investimentos e quase paralisou a economia portuguesa durante vários meses.

Se o Governo demonstrar compreensão pela situação dessas empresas que participaram no primeiro concurso, mais facilmente conseguirá conquistar a confiança dos *players* que vão ao segundo leilão. ●

ANÁLISE

Empresas atentas a oportunidades na energia solar

EDP, Galp, Iberdrola e Akuo estão atentas a novos investimentos na energia solar em Portugal. País tem como objetivo alcançar nove gigawatts até 2030.

ANDRÉ CABRITA-MENDES
amendes@jornaleconomico.pt

Várias empresas garantem estar atentas a novas oportunidades na energia solar em Portugal.

O segundo leilão de energia solar no país vai ter lugar a 24 e 25 de agosto. O objetivo é atribuir 700 megawatts (MW) de potência, depois dos 1.400 megawatts atribuídos em 2019.

No primeiro leilão, a francesa Akuo conquistou a maior fatia, ao arrematar 370 MW. Destaque também para a espanhola Iberdrola, que ganhou o maior número de lotes, sete em 24, numa potência total de 149 MW.

Uma das empresas que está atenta a este leilão é o grupo EDP, a companhia com mais potência renovável em Portugal, principalmente hídrica e eólica, que agora está a apostar na energia solar fotovoltaica.

“É fundamental que este crescimento em renováveis se faça num ambiente regulatório estável, com segurança jurídica sobre a decisão de investimento e com um perfil de risco que permita aos investidores reduzirem o custo de capital associado a cada projeto. O mecanismo de leilão definido em Portugal já no ano passado, e replicado este ano, é um caso de estudo sobre como se pode atrair investimento e estimular a concorrência no setor, com impacto muito positivo para os consumidores”, começa por dizer o administrador da EDP, Rui Teixeira.

“Entendemos que Portugal deverá continuar a fazer parte da estratégia de crescimento da EDP em renováveis, em particular no solar, dado o bom recurso existente no nosso território e o modelo de investimento suportado por leilões”, afirmou.

Para o futuro, o gestor aponta que “o nosso mercado tem muito potencial para crescimento nesta

tecnologia, podendo ser ainda mais explorada com a expansão da rede de transporte e a simplificação de todo o processo de tramitação administrativa destes projetos”.

Sobre o projeto que saiu do primeiro leilão, Rui Teixeira diz que a “EDP Renováveis está a desenvolver um projeto com capacidade de injeção de 142 MW, saído do leilão de 2019, dentro dos prazos delineados no mesmo”.

Há vários anos que a EDP assume claramente a sua ambição no campo das energias renováveis, acreditando que este é o futuro.

“A visão da EDP é ser uma empresa global de energia, líder na transição energética, com vista à criação de valor superior. Até

2030, teremos mais de 90% da nossa geração a partir de fontes renováveis e teremos reduzido as nossas emissões específicas em 90% (face a 2005). E foi com base nesta visão que apresentámos o plano estratégico 2019-22, com uma ambição aumentada de investimento, para um total de 12 mil milhões de euros, 75% dos quais em crescimento em energias renováveis”, segundo Rui Teixeira.

A Galp é outra das grandes empresas nacionais que está atenta a oportunidades na energia solar.

“A Galp indicou ao mercado de capitais que pretende dedicar entre 10% e 15% do seu investimento a projetos de energias renováveis e novos negócios e a energia solar é claramente um dos vetores estratégicos desse compromisso. Neste contexto, a Galp irá avaliar as oportunidades que surgirem para decidir quais estão alinhadas com os critérios internos de investimento”, disse Susana Quintana-Plaza, responsável pela área das energias renováveis e novos negócios da Galp.

A companhia do setor petrolífero salienta que o “investimento em projetos de energia fotovoltaica faz todo o sentido numa lógica de integração com a nossa base de clientes ibéricos. É igualmente uma aposta-chave na diversificação e na transição para modelos de gestão da energia com menos emissões de carbono, e por isso mais sustentáveis, não apenas por parte da própria Galp, mas também dos seus clientes e da sociedade em geral, que passam a aceder a uma forma de energia verde”.

Susana Quintana-Plaza aponta também as “inúmeras áreas de crescimento, nomeadamente no que se refere ao autoconsumo, que é um mercado com enorme potencial num país com os recursos de Portugal. Neste domínio, é importante que sejam asseguradas as condições de previsibilidade regulatória e fiscal que permitam que as

Duas empresas nacionais - EDP e Galp - e duas internacionais, mas já presentes no país - a Iberdrola, de Espanha, e a Akuo, de França - estão atentas a investimentos no setor das energias renováveis em Portugal





Reuters

empresas desenhem as suas estratégias e mobilizem os recursos necessários para as pôr em prática”.

A companhia energética anunciou recentemente que vai investir até 350 milhões de euros na energia solar em Espanha, para ficar com 75% do capital da ACS. O grupo espanhol conta com mais de 900 megawatts de potência solar fotovoltaica – com vários projetos ainda em fase de construção, devendo estar concluídos até 2023 – com a capacidade de produção destes ativos a atingir os 2,9 gigawatts (GW).

Susana Quintana-Plaza garante que a Galp vai continuar a investir nas renováveis. “A aposta nas energias renováveis e nas oportunidades decorrentes do processo de transição energética constitui um vetor estratégico de crescimento da Galp, permitindo uma diversificação em relação às energias convencionais”, segundo a gestora.

A Iberdrola, por sua vez, foi a que conquistou mais projetos no primeiro leilão de energia solar. Para o próximo processo, a companhia espanhola já garantiu a sua participação.

“A Iberdrola tem sempre interesse em boas oportunidades no domínio das energias renováveis assentes em modelos de sustentabilidade. Temos todo o interesse em continuar a crescer em Portugal e, obviamente, em geração renovável. A produção de energia verde, capaz de desenvolver economias competitivas e eficientes, faz parte da nossa identidade há vários anos. A participação nos leilões é uma via adicional que ponderamos e analisamos sempre com vista a encontrar as melhores opções”, disse Renata Rodrigues Machado, diretora das Renováveis para Portugal da Iberdrola.

Mas porquê a escolha de Portugal? A gestora explica que é um “país com condições especialmente propícias para a energia solar fotovoltaica. Existe enorme potencial. Ademais, a transição energética, na qual a Iberdrola já investiu 100 mil milhões de euros nas últimas duas décadas, é essencial para construir um negócio limpo, confiável e inteligente que intensifique a descarbonização e eletrificação da economia”.

Questionada sobre o que pode ser feito para promover o crescimento da energia solar em Portugal, Renata Rodrigues Machado destacou que “além dos leilões, outra via relevante para o crescimento faz-se mediante acordos para atribuição de capacidade de injeção de potência, a celebrar diretamente com o operador da rede. Para manter um crescimento continuado e alinhar as expectativas das empresas privadas, importa agilizar as análises dos processos de solicitações”.

Em relação às sete centrais solares que conquistaram no leilão de 2019, com 149 MW de potência total, a Iberdrola garante que “está a desenvolver todos os estudos técnicos para a obtenção das licenças e autorizações necessárias ao início das obras, cumprindo todos os prazos exigidos no procedimento concorrencial. Embora o confinamento tenha gerado uma paralisação nos prazos originais de tramitação dos licenciamentos, o Governo pondera incorporar e estender os prazos iniciais de forma a não penalizar as empresas”.

Outra das grandes vencedoras do leilão solar que teve lugar em 2019 foi a Akuo, ao conquistar 370 MW. A empresa garante que está interessada no segundo leilão português.

“Estamos interessados. No entanto, a nossa prioridade é a implementação dos projetos ganhos no leilão de 2019”, disse o diretor-geral da Akuo Portugal, João Macedo.

A companhia francesa justifica este interesse porque a “estratégia da Akuo é estabelecer-se em Portugal a longo prazo como um ator de referência na produção de energia a partir de fontes renováveis e, desde logo, faria sentido fazer crescer o portefólio. Por outro lado, temos obrigações em relação aos projetos do ano passado que serão sempre prioritárias”.

Analisando o futuro da energia solar em Portugal, João Macedo aponta que “em termos de números, o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) aponta para 9 gigawatts (GW) de produção a horizonte 2030. Tendo em conta que existem hoje menos de 1 GW em operação, haverá mais ou menos 8 GW de potencial (contando com os projetos do leilão 2019). Em Portugal, a energia fotovoltaica provou ser muito competitiva e pode abrir portas ao desenvolvimento de novos setores como é o do hidrogénio verde. Achamos que o solar terá um papel central na retoma económica do país”.

Questionado sobre o que pode ser feito no país para promover o crescimento da energia solar, o líder da empresa gaulesa em Portugal salienta que o “quadro regulatório atual é exclusivamente baseado no preço. Parece-nos fazer sentido numa primeira fase, para assegurar uma base de energia solar competitiva necessária para fazer face ao encerramento das centrais a carvão. No entanto, numa segunda fase, achamos que serão necessários algumas regras/considerações no quadro regulatório, para dar oportunidade a projetos mais integrados que, embora possam ser mais onerosos, fazem mais sentido tendo em conta o território nacional, a sua organização e populações”.

Sobre os projetos que saíram do

leilão de 2019, João Macedo revela que “estão na fase de licenciamento ambiental. Sofreram um atraso de alguns meses com o encerramento das instituições públicas devido à crise sanitária. Estamos em contacto com as várias administrações públicas e grupos de trabalho, pois será necessário um esforço coordenado de todos para poder cumprir com os prazos estabelecidos pelo procedimento concorrencial. Apontamos para o início de 2022 para a entrada em operação das nossas centrais, mas isso supõe que o licenciamento avance sem novos problemas”.

Analisando o quadro-legal deste regime de leilões, o advogado João Marques Mendes considera que este modelo “faz sentido”.

“A minha apreciação é positiva deste regime de leilões. Já foi em 2019, onde os resultados foram francamente bons, e continuam a ser agora. Atribuir um recurso escasso como este, como a ligação à rede, faz sentido ser feito por leilão. Foi uma boa medida tomada pelo anterior governo aprovar um quadro legal neste sentido e agora aprofundada”, disse ao JE o sócio da PLMJ.

Olhando para o próximo leilão, o especialista legal refere que “o aspeto mais positivo é o de introduzir a possibilidade de haver uma instalação de solar com baterias. Estou muito curioso para saber se essa possibilidade vai efetivamente ser adotada pelas empresas, se vão optar por essa modalidade ou se vão optar pelas duas modalidades clássicas e que já existiam nos leilões anteriores: venda a um preço fixo com desconto ao preço base estabelecido ou uma contribuição para o sistema”.

“Certamente que é mais desafiante esta possibilidade das baterias, porque é uma tecnologia emergente, embora já exista com alguma escala noutros países. Estou curioso com isso e acho que é de aplaudir a neutralidade tecnológica que o enquadramento que foi criado potencia. No fundo, evita tomar partido de uma ou de outra, e deixa o mercado ver se efetivamente há condições competitivas para o desenvolvimento dessa tecnologia, neste caso a bateria. Vamos ver o que resulta dos leilões”, afirma João Marques Mendes.

O sócio da PLMJ também salienta “como positiva a extensão que foi feita para a apresentação das candidaturas, especialmente neste contexto, e é particularmente importante na perspetiva de atrair investidores estrangeiros e temos essa necessidade. Dos próprios prazos dentro do procedimento para levar a cabo as diligências depois do fim do procedimento para a construção e o início de exploração do parque. Face a este contexto, este dado é muito relevante”. ●



Cristina Bernardo

Portugal tem “bom nome” lá fora no setor da energia

Perante os interessados no segundo leilão de energia solar, o ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, realça que a estabilidade regulatória no setor da energia é essencial para atrair investidores internacionais para o setor energético nacional.

**ANDRÉ CABRITA-MENDES
E INÊS PINTO MIGUEL**
amendes@jornaleconomico.pt

O segundo lugar de atribuição de potência de energia solar fotovoltaica vai ter lugar a 24 e 25 de agosto, com um total de 700 megawatts (MW).

O primeiro leilão de energia solar realizado em Portugal teve lugar em 2019 quando foram atribuídos 1.400 MW, num total de 24 lotes.

Com 35 empresas já qualificadas para participar neste leilão, o ministro do Ambiente e da Ação Climática aponta que isto deve-se ao “bom nome que Portugal tem neste momento para captar investimento estrangeiro no setor da energia, onde há uma grande estabilidade regulatória e onde não andamos a inventar coisas contra alguém”, diz João Pedro Matos Fernandes em entrevista ao Jornal Económico.

“Neste momento há uma relação muito transparente com todos os atores do mercado e há claramente uma dimensão que nos é exógena, que é cada vez mais os investidores estarem convencidos que são as fontes alternativas vão ser as fontes de energia no futuro, num mundo que vai consumir cada vez mais energia, e que vai ter esta fonte como fonte de energia”, salientando que empresas petrolíferas como a francesa Total ou a portuguesa Galp já estão a investir em energias renováveis.

Para o futuro, o ministro do Ambiente aponta que o objetivo do Governo é continuar a lançar leilões. “A nossa perspetiva é de continuar a atribuir lotes por leilão, a licenciar comumente aquilo que são os projetos que aparecem fora do leilão”.

Matos Fernandes sublinha que a “mudança na legislação foi muito importante, porque a primeira coisa que um promotor tem de

ter é um ponto de ligação à rede”.

“Antes não era assim: licenciava-se e depois participava num sorteio para saber se lhe saía ou não [pontos de ligação à rede], gastando os próprios investidores muito dinheiro, gastando a administração

Portugal tem como objetivo chegar a 2030 com 9 gigawatts (GW) de energia solar instalada. Atualmente, 1,4 GW estão em construção e 700 megawatts vão ser atribuídos no leilão

muito dinheiro. Houve projetos com a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) que pararam porque, apesar de ter passado a AIA, não tinham como se ligarem à rede. O facto de o processo de licenciamento se ter invertido também gera muita confiança a quem quer investir a partir do zero no seu projeto próprio, vendendo no mercado, pagando apenas os investimentos que tem a fazer para poder vender no mercado a clientes específicos”, afirma.

Para o futuro, o país tem como objetivo chegar a 2030 com 9 gigawatts (GW) de energia solar instalada. Atualmente, 1,4 GW do primeiro leilão estão em construção, e 700 MW vão ser atribuídos no segundo leilão que vai ter lugar no final deste mês.

“Queremos chegar aos 9 GW: 7 GW com produção centralizada e 2 GW com produção descentralizada”, diz o ministro na entrevista ao JE.

Olhando para o leilão realizado em 2019, o ministro afirma que foram atingidas “poupanças para os consumidores de 600 milhões de euros ao longo de 15 anos”.

Em relação ao modelo para o leilão de 2019, Matos Fernandes destaca que ainda demorou a afinar o modelo, semelhante ao atual.

“Tivemos aqui longas discussões sobre como íamos dividir os 1,4 GW, até que encontramos esta fórmula”, destaca, referindo-se ao duplo modelo de tarifas garantidas e de contrapartida para o sistema elétrico nacional, em que poderá vender a energia produzida em mercados organizados e ao preço de mercado.

Sobre a capacidade de armazenamento, prevista para este leilão, o ministro refere que quem escolher esta possibilidade “vai concorrer em situação de absoluta paridade com aqueles que simplesmente fazem ofertas para a produção”. ●

Mais tempo para concluir centrais solares

A APREN defende que as empresas que venceram lotes no leilão de 2019 devem ter mais seis meses para concluir os projetos.

ANDRÉ CABRITA-MENDES
amendes@jornaleconomico.pt

A Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) defende que as empresas que venceram lotes no primeiro leilão de energia solar em 2019 devem ter mais tempo, se precisarem, para concluir os seus projetos, devido à paragem forçada provocada pela pandemia de Covid-19.

“Estes processos estavam em curso, e tivemos o problema da pandemia que provocou um atraso no que vai ser a cadeia de abastecimento e de fornecimento”, disse o presidente da APREN ao Jornal Económico. “Tendo em conta que a pandemia é uma coisa de força maior, uma coisa completamente superveniente à vontade e à habilitação dos promotores, que esse prazo seja concedido, no mínimo seis meses, para recuperar as cadeias de fornecimento. No fundo, tudo aquilo que permitirá dar acesso a que os projetos continuem a sua execução”, afirmou Pedro Amaral Jorge.

“Imagino que um mínimo de seis meses de prorrogação face às datas inicialmente previstas para a obtenção das licenças será perfeitamente legítimo”, reforçou.

Questionado se já tem conhecimento de algum atraso, o responsável disse: “Imagino que haverá algum atraso nas datas previstas inicialmente por força da pandemia, e provavelmente por uma ou duas questões administrativas que ainda esteja por resolver”.

Os 24 lotes que saíram do leilão de 2019 têm um prazo de 36 meses para estarem concluídos.

Num comunicado divulgado em abril, já em plena pandemia, a APREN alertava que as negociações de financiamento para estes projetos poderiam “sofrer alterações aos acordos inicialmente alcançados”.

Questionado agora, quatro meses depois e com a pandemia mais calma, Pedro Amaral Jorge respondeu: “Imagino que parte dessas variáveis já estejam clarificadas, demos o nosso contributo na clarificação dessas questões e agora estamos a perceber como é que estes projetos se vão financiar. Temos aqui pelo menos duas opções de financiamento destes projetos: financiamento corporativo, feito pela casa mãe [da empresa] ou em ‘project finance’, que tem alguns requisitos mais exigentes. Vamos ver como é que esta estratégia vai resultar em termos de projetos a operar”.

Analisando o próximo leilão de energia solar, a APREN diz que há uma “grande expectativa” entre promotores.

“Eu imagino que os nossos associados continuem com interesse e a olhar para estes leilões. Há aqui uma grande expectativa porque, neste momento, o leilão tem uma filosofia um bocadinho diferente do anterior, até porque tem mais uma modalidade através dos sistemas de armazenamento. Estamos um bocadinho expectantes para perceber quais vão ser os resultados, quer de preço, quer como se vai identificar o número de interessados no sistema de armazenamento”, segundo Pedro Amaral Jorge.

Depois do primeiro leilão, em 2019, o responsável explica que a sua associação enviou uma série de sugestões ao Governo para melhorar os leilões seguintes, que foram incorporadas no leilão que vai ter lugar no final de agosto.

“Houve um documento que a APREN submeteu à secretaria de Estado da Energia com um conjunto de sugestões de melhoria face ao leilão anterior, que já estão refletidos no caderno de encargos para os leilões de 2020”, afirmou.

“Há, no nosso entendimento, uma melhoria do ponto de vista da clarificação em relação a alguns temas - obviamente que o leilão de 2019 foi o primeiro e ninguém tinha a expectativa de acertar em tudo à primeira”, considerou.

Mas o que é que melhorou? “A clarificação dos títulos de reserva de capacidade serem em megawatts ou megavolt-ampere levantou algumas dúvidas, mas isso já foi clarificado. E penso que os contratos de aquisição de energia já estejam mais claros”.

Olhando para o futuro, o líder da APREN defende que os leilões

devem continuar, mas que o preço mais baixo não deveria ser o único critério a ter em conta.

“Os leilões têm a vantagem muito grande de serem completamen-

te objetivos, mas defendemos que o critério não devia ser só preço. Defendemos que critérios de elegibilidade, competência técnica, capacidade financeira, incorporação

de valor nacional e monitorização da pegada de CO2 de todo o projeto, também deveriam contar como critérios”, rematou Pedro Amaral Jorge. ●

PUB



axpo

Energia 100% verde que transforma o seu negócio

Há uma energia que move a sua empresa. Que a ajuda a crescer, a inovar, a poupar para fazer deste mundo um lugar sustentável.

Na Axpo partilhamos dessa mesma energia, por isso somos o seu parceiro na transformação energética do seu negócio.

Luz e eficiência energética para negócios.

energiapmes.axpo.com

“Imagino que um mínimo de seis meses de prorrogação face às datas inicialmente previstas para a obtenção de licenças será perfeitamente legítimo”, defende o líder da APREN, devido à Covid-19

FÓRUM

IMPULSIONAR A ENERGIA DO SOL PORTUGUÊS

O segundo leilão de energia fotovoltaica vai ter lugar no final de agosto. Fomos perceber, junto de atores do mercado a oportunidade que esta energia representa para Portugal e o que ainda pode ser feito para o seu crescimento. **INÊS PINTO MIGUEL E ANDRÉ CABRITA-MENDES**

1 ESTÃO INTERESSADOS EM PARTICIPAR NO PRÓXIMO LEILÃO DE ENERGIA SOLAR? QUAIS AS RAZÕES?

2 QUAL A OPORTUNIDADE QUE A ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA REPRESENTA PARA PORTUGAL?

3 O QUE PODERIA SER FEITO PARA IMPULSIONAR O CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DA ENERGIA SOLAR EM PORTUGAL?

4 COMO É QUE ESTÁ A CORRER O ATUAL PROJETO QUE SAIU DO LEILÃO DE 2019? CONSEGUIM AVANÇAR COM PREVISÃO DE CONCLUSÃO DA CENTRAL E ENTRADA EM OPERAÇÃO?

5 RECENTEMENTE FOI ANUNCIADO QUE A GALP INVESTIU NA ENERGIA SOLAR EM ESPANHA. A APOSTA DA GALP NAS RENOVÁVEIS É PARA CONTINUAR?

em Reserva Agrícola Nacional. É necessário também refletir sobre a produção fotovoltaica em regime de mercado de menor dimensão, que deixou de ter espaço devido ao formato dos leilões de energia solar. É fundamental um maior ênfase na produção descentralizada que é onde o potencial da energia solar pode ser melhor aproveitado, sem perdas no transporte e aproximando o tema do uso de energia dos cidadãos. Quem usa energia solar tende a melhorar o seu conhecimento e a sua literacia quanto ao uso da energia, como ser mais eficiente, maximizando a utilização da energia solar. A nova legislação do autoconsumo coletivo é um passo positivo para o aumento de potência instalada de fotovoltaico descentralizado, mas é necessário simplificar a sua implementação. Prova disso é ainda não existir nenhum projeto de autoconsumo coletivo implementado nos primeiros sete meses depois da entrada em vigor da legislação e tal tem de ser urgentemente corrigido.



JOÃO MACEDO
Diretor-geral
da Akuo Portugal

1. Estamos interessados, mas a nossa prioridade é a implementação dos projectos ganhos no leilão de 2019. A estratégia da Akuo é estabelecer-se em Portugal, a longo prazo, como um ator de referência na produção de energia de fontes renováveis e desde logo faria sentido crescer o *portfolio*. Por outro lado, temos obrigações em relação aos projectos do ano passado que serão sempre prioritárias.

2. Em termos de números, o PNEC aponta para 9GW de produção a horizonte 2030. Tendo em conta que existem hoje menos de 1GW em operação, haverá mais ou menos 8GW de potencial (contando com os projectos do leilão 2019). Em Portugal, a energia fotovoltaica provou ser muito competitiva e pode abrir portas ao desenvolvimento de novos sectores como o hidrogénio verde. Achamos que o solar terá um papel central na retoma económica do país.

3. O quadro regulatório atual é exclusivamente baseado no preço. Parece-nos fazer sentido numa primeira fase para assegurar uma base de energia solar competitiva necessária para fazer face ao encerramento das centrais a carvão. No entanto, numa segunda fase, achamos que será necessário algumas regras / considerações no quadro regulatório para dar oportunidade a projectos mais integrados que, embora possam ser mais onerosos, fazem mais sentido tendo em conta o território nacional, a sua organização e as populações.

4. Os projectos estão na fase de licenciamento ambiental. Sofreram um atraso de alguns meses com o encerramento das instituições públicas devido à crise sanitária. Estamos em contacto com as várias administrações públicas e grupos de trabalho pois será necessário um esforço coordenado de todos para poder cumprir com os prazos estabelecidos pelo procedimento concorrencial. Apontamos para o início de 2022 a entrada em operação das nossas centrais mas isso supõe que o licenciamento avance sem novos problemas.



PEDRO AMARAL JORGE
Presidente APREN - Associação
Portuguesa de Energias Renováveis

2. Portugal mostra-se no panorama europeu como um dos mercados mais promissores para o desenvolvimento de projetos para geração de eletricidade renovável a partir de energia solar fotovoltaica, tanto pela localização geográfica privilegiada em termos de recurso, como pela ambiciosa visão estratégica de desenvolvimento do setor renovável incluída PNEC. Contudo, no fim de 2019, os cerca de 900MW de potência solar fotovoltaica no país responderam a uma pequena parcela da totalidade do consumo nacional de eletricidade, de apenas 2,3%, quando o *portfolio* nacional de centros eletroprodutores renováveis representou cerca de 53% da procura. Esta realidade coloca o holofote na tecnologia solar fotovoltaica, como aquela que maior potencial de desenvolvimento tem no país e cujo ponto de partida se encontra mais afastado do objetivo para 2030, o de atingir no mínimo 9GW de capacidade instalada. Segundo o PNEC, o cumprimento da meta de solar fotovoltaico far-se-á, essencialmente: 1) pelo desenvolvimento contínuo de projetos em grande escala, através da implementação de leilões de capacidade solar e de pedidos de acordo com o Operador de Rede de Transmissão para desenvolver reforços de rede em situações em que não haja capacidade de receção disponível; e 2) pela promoção e disseminação da produção descentralizada, das comunidades energéticas e dos autoconsumidores singulares e coletivos, que terão um crescimento muito significativo nas próximas décadas, com uma meta de 2GW para 2030. Sublinho que são imensas as oportunidades no setor solar fotovoltaico, por se tratar da principal aposta do setor elétrico para fazer face aos desígnios da descarbonização, e a recetividade por parte dos investidores não podia ser melhor. Temos neste momento submetido um conjunto de projetos que ascendem a cerca de 85GW de potência instalada, que se encontram em análise. Obtivemos em Portugal preços históricos nas tarifas resultantes de um leilão, que irá acrescentar 1,3GW ao atual *portfolio* nacional, e com um novo leilão de 700MW planeado para este mês de agosto. Toda esta dinâmica direciona as aten-

ções para o mercado nacional, o que vai potenciar maior incorporação de valor nacional e de emprego. Nisto, deixo a nota de que o setor da geração de eletricidade renovável é responsável pela criação de mais de 46 mil postos de trabalho e que representa hoje cerca de 1,6% do PIB nacional. Se pensarmos em duplicar a potência renovável instalada, estes valores serão ainda mais atrativos, o que constitui um comprovativo inegável do potencial do setor renovável em geral e do setor solar fotovoltaico em particular.

3. Para que consigamos desbloquear o verdadeiro potencial da geração de eletricidade renovável, a gerada através da tecnologia solar fotovoltaica é incontornável pensar em 6 fatores (i) estabilidade regulatória e fiscal; (ii) estabilidade contratual entre Estado e setor privado; (iii) celeridade e simplificação dos processos administrativos; (iv) adaptação de processos de trabalhos, estruturas organizacionais, competências e sistemas de informação das entidades oficiais participantes e/ou responsável pelas aprovações das etapas do desenvolvimento de projetos; (v) desenho de mercado adequado às necessidades dos consumidores e dos produtores de eletricidade renovável; (vi) a expansão e modernização da rede elétrica de serviço público. Em primeiro lugar, existe uma grande necessidade de simplificar os processos de licenciamento, que são hoje muito complexos e morosos. Atualmente, os processos envolvem a participação de várias entidades administrativas, que devem apresentar as suas contribuições e opiniões para a aprovação/rejeição dos projetos, levando a que o promotor tenha de interagir com várias entidades distintas, todas elas com diferentes procedimentos e abordagens e longos períodos de resposta. Neste sentido, torna-se essencial acelerar a interação entre estas entidades e criar um ponto único de contacto entre as mesmas e o promotor, o que ainda não se encontra implementado em Portugal, apesar de constar da Diretiva das Energias Renováveis do Parlamento e Conselho Europeu. Por outro lado, e face aos desenvolvimentos e crescimento a que o setor da eletricidade renovável estará sujeito nos próximos anos, impera a necessidade de se adequar e dimensionar as entidades oficiais participantes e/ou responsável pelas aprovações das diversas etapas do desenvolvimento de projetos de capacidade de resposta, recursos humanos, processos de trabalhos adequados aos volumes expectáveis de capacidade a instalar, estruturas organizacionais adequadas aos novos processos a implementar na administração pública, desenvolvimento das competências dessas pessoas e instalação e adequação de sistemas de informação para monitorizar prazos e falhas nos processos, em linha com o crescente número de projetos a serem desenvolvidos correspondentes ao necessário aumento de capacidade reno-



FRANCISCO FERREIRA
Presidente da ZERO – Associação
Sistema Terrestre Sustentável

2. A energia solar fotovoltaica ainda representa cerca de 2% do consumo de energia elétrica em Portugal. A oportunidade desta fonte de energia renovável é poder contribuir de forma mais expressiva para a descarbonização do setor elétrico e, consequentemente, de toda a sociedade portuguesa. Do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 à recente Estratégia Nacional para o Hidrogénio, que assenta numa produção renovável baseada principalmente no solar fotovoltaico, há realmente uma enorme oportunidade para o aproveitamento desta fonte de energia. Tal, porém, deve seguir critérios de eficiência e de sustentabilidade que são essenciais para uma evolução equilibrada da potência instalada.

3. Antes de mais, devemos pensar que tipo de impulso queremos para a produção de energia fotovoltaica. O formato dos leilões de energia solar está a promover grandes parques fotovoltaicos e a pressão nos solos está a crescer. Na perspetiva da ZERO, é importante que os parques fotovoltaicos não ocupem terrenos sensíveis em áreas protegidas, em Reserva Ecológica Nacional e



GABRIEL CATURLA
Especialista em eficiência
energética da Axpo

1. Sim, o grupo Axpo, através da sua filial Urbasolar, tem intenção de participar no próximo leilão de energia solar fotovoltaica em Portugal. A Axpo, como empresa comprometida com a sustentabilidade do planeta, aposta no desenvolvimento de energias que respeitem o meio ambiente, ajudando assim a cumprir os objetivos ambientais marcados pela Europa no Plano Nacional de Energia e Clima 2021-2030 (PNEC).

2. Portugal é um país com uma densidade populacional relativamente baixa e com um nível de exposição solar elevada. Isto faz com que Portugal seja um lugar com enorme potencial para o desenvolvimento da energia solar fotovoltaica a grande escala.

3. O que tem vindo a atrasar o desenvolvimento da energia fotovoltaica em Portugal é a limitada capacidade da rede de transporte para absorver a energia produzida pelas instalações fotovoltaicas, não só a nível local mas também a nível das interconexões da Península Ibérica com o resto da Europa. Melhorando a capacidade da rede de transporte, Portugal e Espanha poderiam tornar-se grandes exportadores de energia elétrica (de origem renovável) para o resto da Europa.

vável a instalar para cumprir as metas vinculativas do PNEC. É também necessário que haja uma expansão e modernização da rede elétrica de serviço público, que atualmente apresenta sérias limitações de capacidade e flexibilidade, para que esta esteja alinhada com as metas de capacidade renovável para 2030. Para que o sistema elétrico esteja capacitado a cada momento a gerir a crescente participação da produção descentralizada de eletricidade renovável e do comércio bidirecional com os consumidores, é imprescindível que haja uma otimização da rede elétrica para a dotar de maior inteligência e capacidade de controlo e gestão dos fluxos de produção e consumo, tendo como base a necessária digitalização do sistema elétrico. Sublinho ainda a necessidade de se simplificar o processo global para as pequenas unidades de produção, que têm hoje de cumprir com obrigações desadequadas e desproporcionais, tanto do ponto de vista regulatório como fiscal, para garantir que os pequenos produtores tenham os meios para competir, de forma justa, com outros produtores com distintas capacidades financeiras. Fazendo referência também aos leilões de atribuição de capacidade solar fotovoltaica, não posso deixar de mencionar que estes constituem, neste momento, a abordagem correta e mais custo-eficaz para fazer face aos problemas de disponibilidade de rede que o país enfrenta. No entanto, o atual desenho de leilão carece de alguns pontos de melhoria, essencialmente no que respeita à utilização do preço enquanto critério único de seleção. Essa escolha, apesar de resultar em preços de eletricidade mais baixos, não incorpora outros parâmetros e critérios importantes que deveriam ser tidos em consideração por diferenciarem projetos mais sustentáveis, com maiores benefícios para o meio ambiente e para a economia nacional, e que melhor promovam o crescimento económico e a criação de emprego local.



RUI TEIXEIRA
Administrador
executivo da EDP

A visão da EDP é ser uma empresa global de energia, líder na transição energética, com vista à criação de valor superior. Até 2030, teremos mais de 90% da nossa geração a partir de fontes renováveis e teremos reduzido as nossas emissões específicas em 90% (face a 2005). E foi com base nesta visão que apresentámos o plano estratégico 2019-22, com uma ambição aumentada de investimento, para um total de 12 mil milhões de euros, 75% dos quais em crescimento em energias renováveis. Este crescimento em renováveis deve

estar centrado em mercados com bons recursos de radiação solar e vento, com crescente procura de eletricidade, tal como acontece hoje na Europa, com uma transição energética e um potencial do Green Deal, que tendencialmente levará ao crescimento da eletrificação da economia e à transição de combustíveis fósseis para energias renováveis. É também fundamental que este crescimento em renováveis se faça num ambiente regulatório estável, com segurança jurídica sobre a decisão de investimento e com um perfil de risco que permita aos investidores reduzir o custo de capital associado a cada projeto. O mecanismo de leilão definido em Portugal já no ano passado, e replicado este ano, é um caso de estudo sobre como se pode atrair investimento e estimular a concorrência no setor, com impacto muito positivo para os consumidores.

Assim, entendemos que Portugal deverá continuar a fazer parte da estratégia de crescimento da EDP em renováveis, em particular no solar, dado o bom recurso existente no nosso território e o modelo de investimento suportado por leilões. A EDP Renováveis está a desenvolver um projeto com capacidade de injeção de 142 MW, saído do leilão de 2019, dentro dos prazos delineados no mesmo. O nosso mercado tem muito potencial para crescimento nesta tecnologia, podendo ser ainda mais explorada com a expansão da rede de transporte e a simplificação de todo o processo de tramitação administrativa destes projetos.



RENATA RODRIGUES MACHADO
Country Manager
Renováveis Iberdrola

1. Sim. A Iberdrola tem sempre interesse em boas oportunidades no domínio das energias renováveis assentes em modelos de sustentabilidade. Temos todo o interesse em continuar a crescer em Portugal e, obviamente, em geração renovável. A produção de energia verde, capaz de desenvolver economias competitivas e eficientes, faz parte da nossa identidade há vários anos. A participação nos leilões é uma via adicional que ponderamos e analisamos sempre com vista a encontrar as melhores opções.
2. Portugal é um país com condições especialmente propícias para a energia solar fotovoltaica. Existe enorme potencial. Ademais, a transição energética, na qual a Iberdrola já investiu 100 bilhões de euros nas últimas duas décadas, é essencial para construir um negócio limpo, confiável e inteligente que intensifique a descarbonização e eletrificação da economia.
3. Além dos leilões, outra via relevante para o crescimento faz-se mediante acordos para atribuição de

capacidade de injeção de potência, a celebrar diretamente com o operador da rede. Para manter um crescimento continuado e alinhar as expectativas das empresas privadas, importa agilizar as análises dos processos de solicitações.

4. A Iberdrola está a desenvolver todos os estudos técnicos para a obtenção das licenças e autorizações necessárias ao início das obras, cumprindo todos os prazos exigidos no procedimento concorrencial. Embora o confinamento tenha gerado uma paralização nos prazos originais de tramitação dos licenciamentos, o governo pondera incorporar e estender os prazos iniciais de forma a não penalizar as empresas.



ANTÓNIO CUNHA PEREIRA
CEO
da Ecoinside

1. A Ecoinside não irá participar no próximo leilão de energia solar porque esta iniciativa está vocacionada para empresas focadas na produção de energia elétrica para venda no mercado, assente na produção centralizada de energia. O posicionamento e estratégia da Ecoinside passa pela implementação e investimento em centrais de produção descentralizadas que permitam o autoconsumo ou o consumo perto do local da produção.
2. A energia solar fotovoltaica é uma excelente oportunidade para Portugal devido às condições excecionais que temos ao nível de radiação solar, algo que permite que os custos de produção de energia por kW instalado sejam dos mais baixos da Europa. Com uma aposta forte nesta fonte de energia renovável, passaremos de um estatuto de país importador para o de país exportador de eletricidade, ao mesmo tempo que reduzimos as emissões de CO2 e caminhamos para a neutralidade carbónica prevista para 2050.
3. Penso que a criação das comunidades de energia renovável (CER) é a principal forma de ampliarmos a produção de energia fotovoltaica para autoconsumo. Aguarda-se com expectativa as regras e regulamentos que a DGEG e ERSE irão publicar até ao final do ano e que permitirão o arranque deste modelo de forma alargada por todo o país. Também seria importante que os fundos que irão surgir para apoio à retoma da economia sejam direcionados para as soluções descentralizadas de energia para autoconsumo, apoiando assim as empresas e famílias a investir nesta tecnologia.



SUSANA QUINTANA-PLAZA
COO e responsável
pela área das energias renováveis
e novos negócios.

1. A Galp indicou ao mercado de capitais que pretende dedicar entre 10% e 15% do seu investimento a projetos de energias renováveis e novos negócios e a energia solar é claramente um dos vetores estratégicos desse compromisso. Neste contexto, a Galp irá avaliar as oportunidades que surgirem para decidir quais estão alinhadas com os critérios internos de investimento.
2. Para a Galp, o investimento em projetos de energia fotovoltaica faz todo o sentido numa lógica de integração com a nossa base de clientes ibéricos. É igualmente uma aposta-chave na diversificação e na transição para modelos de gestão da energia com menos emissões de carbono, e por isso mais sustentáveis, não apenas por parte da própria Galp, mas também dos seus clientes e da sociedade em geral, que passam a aceder a uma forma de energia verde.
3. Existem inúmeras áreas de crescimento, nomeadamente no que se refere ao autoconsumo, que é um mercado com enorme potencial num país com os recursos de Portugal. Neste domínio, é importante que sejam asseguradas as condições de previsibilidade regulatória e fiscal que permitam que as empresas desenhem as suas estratégias e mobilizem os recursos necessários para as por em prática.
5. A aposta nas energias renováveis e nas oportunidades decorrentes do processo de transição energética constitui um vetor estratégico de crescimento da Galp, permitindo uma diversificação em relação às energias convencionais.



FRANCISCO PEREIRA GONÇALVES
CEO da CSide

2. De todas as fontes renováveis de energia, a energia solar fotovoltaica é aquela com maior margem de crescimento, estando previsto que se torne na principal fonte mundial de eletricidade até 2050. Para países como Portugal, dependentes da importação de energia e com elevada exposição solar, a energia solar fotovoltaica representa sobretudo uma

oportunidade de gerar energia de modo autónomo e sustentável. Desde 1 de janeiro de 2020 que é possível, em Portugal, implementar projetos de comunidades de energia renovável, autoconsumo coletivo ou individual, abrindo uma janela de oportunidade para o aproveitamento da energia solar fotovoltaica. Este ano, as comunidades de energia renovável vieram ajudar particulares, empresas e autarquias a beneficiarem de energia a preços bastante mais reduzidos e de geração 100% renovável. Na CSide, com a oferta EnergyRing, temos dado suporte ao desenvolvimento de projetos, de norte a sul do país, prestando auxílio no planeamento inicial, técnico e dos modelos financeiros; bem como dando suporte, após o lançamento, com ferramentas informáticas específicas para a gestão diária das comunidades de energia renovável. Atualmente é possível autarquias, empresas e particulares lançarem projetos de energia solar fotovoltaica, com custos de tecnologia muito mais competitivos do que há uns anos atrás e planeados, no âmbito de projetos de autoconsumo, para otimizar as horas de produção solar em função dos padrões de consumo.

3. As medidas de incentivo à produção de energia solar em geral, os leilões de capacidade, bem como os incentivos aos projetos de autoconsumo, serão determinantes para impulsionar o crescimento da produção de energia solar em Portugal. Notámos, com agrado, as medidas já tomadas por parte do Secretário de Estado Adjunto e da Energia no sentido de incentivar o desenvolvimento de projetos de autoconsumo, nomeadamente, através da isenção inicial do pagamento de custos de interesse económico geral, por parte dos membros de comunidades de energia renovável. Medidas adicionais de natureza fiscal são bem-vindas para dinamizar os investimentos neste sector. A divulgação de informação sobre as oportunidades atuais de investimento e de poupança, associadas a projetos de energia solar em Portugal, como é exemplo o presente suplemento do Jornal Económico é fundamental para alertar autarquias, empresas e particulares dos benefícios crescentes associados ao investimento na energia solar. Por outro lado, na produção de energia solar para autoconsumo, ainda subsistem várias áreas cinzentas e questões em aberto, com as quais nos temos deparado, no âmbito do suporte e consultoria que prestamos no lançamento de projetos de comunidades de energia renovável, nomeadamente relacionadas com a venda de excedentes, a gestão de autoconsumos e os modelos económicos de faturação. Neste aspeto, o desempenho de entidades, como a ERSE e a DGEG, é central para um rápido suporte, esclarecimento e agilização da regulamentação, de modo a viabilizar o crescimento da produção de energia solar em Portugal.

TRANSFORMAÇÃO INTELIGENTE

A Energia Solar como Futuro da Economia e do Planeta

Pedro Torres
Head of Smart
Solutions



Compreender uma ocorrência histórica no momento em que ela se desenrola é desafiante, pois a volatilidade dos acontecimentos não nos permite entender o verdadeiro alcance e impacto das transformações em curso. No presente momento, o desafio é maior dado que vivemos em simultâneo dois fenómenos ímpares: uma revolução energética assente em energias verdes; a crise pandémica, que além das suas consequências imediatas nos convoca a pensar na maneira como consumimos e desenvolvemos os nossos tecidos produtivos. A convergência destes dois fenómenos confere à energia solar um lugar cimeiro no futuro previsível. A fonte solar reduz drasticamente os impactos ambientais, em particular a pegada de carbono. Permite utilizar o espaço de forma eficaz e sustentável. Diminui perdas de energia, uma vez que encurta a distância entre produção e consumo. Tudo isto enquanto o consumidor dispõe de energia a preços competitivos mediante tecnologia de elevado potencial, mas de baixa manutenção.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

De acordo com o EU Market Outlook for Solar Power, 2019 foi um dos melhores anos na Europa em matéria de energia solar, com mais 16,7 GW de capacidade desenvolvida, o que representa um aumento de 104% face ao ano anterior.

Há, de facto, uma nova era. Instituições Europeias, governos e investidores prestam hoje muita atenção aos desenvolvimentos tecnológicos e de mercado no sector da energia solar, o que se traduz em dois aspectos-chave: uma aposta de futuro segura, apoiada por decisores políticos e económicos; e a superação das limitações deste tipo de energia renovável, visto que mais investimento e maior respaldo institucional representarão melhorias técnicas que tornarão a energia solar cada vez mais eficiente e vantajosa.

Na Iberdrola subscrevemos a Green Recovery Alliance e apoiamos firmemente o European Green Deal como vias para uma recuperação tão rápida quanto sustentável. Nos últimos 20 anos investimos 100 biliões de euros na transição energética, num modelo de negócio limpo, confiável e inteligente que intensifica a descarbonização e eletrificação da economia.

A energia solar é um dos pilares deste investimento.



Aliás, não obstante os efeitos da pandemia e as consequências económicas esperadas, mantemos os investimentos previstos e estamos a desenvolver novos projectos que reforçam esta linha.

IR AO ENCONTRO DO CONSUMIDOR

A Iberdrola defende que o caminho para desenvolver produtos e serviços passa por conhecer melhor os clientes, percebendo as suas necessidades e convertendo-as em soluções. Se queremos mudar o mercado energético, tornando-o mais verde, temos de ajudar os consumidores, pois serão eles os nossos principais parceiros nesta transformação.

O Smart Solar Iberdrola é a nossa solução integral para que empresas grandes, médias e pequenas, mas também os particulares possam aproveitar a energia solar de forma simples e eficaz. As instalações são desenhadas à medida do cliente, um processo de autoconsumo chave-na-mão, livre de CO2. Anali-

samos em detalhe o consumo do cliente para determinar qual a melhor solução e, a partir desse momento, oferecemos um acompanhamento global, desde um possível financiamento à montagem e instalação. Feita a ligação à rede, o cliente fica imediatamente a gerar a sua própria energia renovável, poupando na fatura de electricidade. E pode agora acompanhar a produção e consumo de energia em tempo real através do telemóvel.

A aceitação do mercado superou expectativas, fazendo da Iberdrola uma das empresas mais competitivas neste sector. O crescimento constante de clientes demonstra que os produtos Smart Solar são diferenciadores. O payback dos clientes particulares ronda em média os 6-7 anos, o que é bastante interessante porque estamos a falar de equipamentos com 25 anos de vida útil. O efeito de redução de emissões é igualmente apelativo: tendo como exemplo uma vivenda familiar de 4 pessoas, o consumo médio diário é de 8kWh, o que com soluções solares evita 3Kg de emissões de CO2 para a atmosfera.

PAÍS, ECONOMIA E PESSOAS

A ambição portuguesa de estar na vanguarda da transição energética materializa-se em metas ambiciosas definidas no Plano Nacional de Energia-Clima, nomeadamente a de alcançar uma quota de 47% de energia proveniente de fontes renováveis no consumo final bruto em 2030. Esta quota implica que as renováveis contribuam com pelo menos 80% da produção de electricidade. O contributo da produção descentralizada será fundamental, pelo que a capacidade instalada, nomeadamente no solar, deverá atingir pelo menos 1 GW em 2030.

Na Iberdrola temos um compromisso firme com a economia portuguesa, daí a criação de produtos e serviços que pensam em todas as famílias e empresas. Somos pioneiros na transição energética e os tempos confirmam o acerto da nossa aposta. Tornamos os negócios e as famílias mais ecológicas, mais económicas e mais eficazes. Esta é a transformação inteligente que se exige.